

Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano dois mil e onze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor **Fernando José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

Rui Pedro Dias Gonçalves, Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Sérgio Miguel Gil Nunes, Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta e Esperança Maria Micael Santos. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

António Isidro das Neves Ferreira Marques, Manuel Mesquita Domingues, Carina Isabel Moura da Conceição Luis, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, Carlos Manuel Pires Rei Amaro e Jaime Manuel Palha Costa. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Luis Filipe Dias Grácio, Maria de Fátima Conde Búzio. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Mário Eugénio Filipe Duarte. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**: -----

Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Paula Maria da Costa Pereira, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde e Carlos Alexandre Zagalo Gouveia. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo referido. “ Dou as boas vindas ao público presente, em especial porque no âmbito do curso que frequentam, um grupo de alunos e respectivos professores da Escola Secundária do Entroncamento, acompanham-nos na realização desta sessão. Espero que seja uma motivação para a vossa participação na vida política. -----

Continuando no uso da palavra, deu posse ao elemento convocado para substituir o deputado que solicitou a suspensão do mandato por um período de seis meses. -----

Deu posse a Carla Sofia Roma de Oliveira, que substitui Henrique dos Reis Leal, do Bloco de Esquerda. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade do eleito e após a leitura da respectiva acta avulsa de instalação e do respectivo juramento por parte do novo membro, a senhora **Presidente da Assembleia** declarou-o investido nas funções. -----

Prosseguindo referiu: “ Foi-nos remetido e distribuído a todos os membros da Assembleia por e-mail, documentos cuja inclusão na ordem dos trabalhos se requer, respeitantes ao Conselho Municipal de Educação e autorização desta Assembleia, para a Concessão da Exploração do Bar/Esplanada na Zona do Bonito. Nesse sentido, pergunto à Assembleia se há alguma objecção a que estes dois pontos sejam incluído na ordem dos trabalhos. -----

Não havendo objecção, sugiro que o ponto sete, passe a ser o Conselho Municipal de Educação, o ponto oito, a Concessão da Exploração do Bar/Esplanada na Zona do Bonito e o ponto nove, passe a ser a Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal, ou seja, o antigo ponto sete. -----

VOTACÃO DA ACTA NÚMERO DEZ -----

A acta número dez, referente à sessão ordinária realizada em vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e onze, foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, dois votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e duas abstenções, sendo uma do Partido Social Democrata e outra do Bloco de Esquerda, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Seguidamente, **Luis Grácio** apresentou a seguinte Moção: -----

MOÇÃO -----

A vida dos trabalhadores portugueses tem vindo a ser cada vez mais difícil. -----

São continuamente frustradas as legítimas expectativas de que o imparável progresso técnico se traduza na melhoria das condições de vida de quem cria toda a riqueza. Pelo contrário: a evolução recente evidencia uma contínua degradação das condições de vida dos trabalhadores portugueses e um agravamento das desigualdades sociais. -----

O desemprego é um flagelo no país, com cerca de 700 mil desempregados. Só no Entroncamento, há mais de 750 desempregados, um mar de desesperança e dificuldades. -----

Por outro lado, Portugal é o terceiro país da União Europeia com maior incidência de trabalho precário, cerca de 22% do total de trabalhadores. Falsos recibos verdes, contratos a termo, subcontratação por empresas de trabalho temporário, trabalhadores/as informais, estudantes a quem a bolsa foi cortada, intermitentes do espectáculo, desempregados, bolseiros de investigação, estágios não remunerados --- um outro mundo negro de quem trabalha para viver. -----

A actual geração de jovens trabalhadores, apesar de ser a mais escolarizada de sempre, será a primeira a viver pior do que os seus pais. São milhares de jovens sem esperança e sem futuro. -----

Apesar dos inúmeros sacrifícios a que são sujeitos, os trabalhadores perderam poder de compra nos últimos dez anos. Nesse período, e ainda sem entrar em linha de conta com os PEC, já os salários haviam tido uma actualização de 3% abaixo da inflação. Mesmo assim, estes valores referem-se apenas aos trabalhadores por conta de outrem, excluindo os falsos recibos verdes, o trabalho informal ou os estágios para trabalho permanente, todos vítimas de uma sobre exploração. -----

As medidas que têm vindo a ser apresentadas como inevitáveis para reduzir o deficit irão agravar ainda mais este quadro. -----

É natural o anseio por uma vida melhor, por parte de quem trabalha. É legítima a luta dos trabalhadores pela sua melhoria económica e social. -----

Aliás, desde o longínquo dia 1.º de Maio de 1886, em que dezenas de milhares de trabalhadores de Chicago se ergueram em defesa das 8 horas de trabalho, tem sido sempre a luta dos trabalhadores a arrancar novas conquistas económicas e sociais. ----

Neste 1º de Maio de 2011, Assembleia Municipal do Entroncamento saúda os trabalhadores portugueses e, em especial os trabalhadores do concelho, bem como à sua luta por melhores condições de vida e de trabalho. -----

Continuando referiu: “ O que nos motivou a apresentar esta Moção, tem a ver com a luta dos trabalhadores a nível geral e com a passagem de mais um aniversário do 1º de Maio. -----

O 1º Maio de 1886 em Chicago, quando os trabalhadores pacificamente se manifestavam pela jornada de oito horas de trabalho, foi reprimida e deu origem inclusivamente a mortos. -----

Em 1891, num Congresso da Saúde Internacional foi proposta a data de 1 de Maio, como data do Dia Mundial do Trabalhador e é essa data que se tem comemorado em todo o Mundo, em Portugal livremente depois do 25 de Abril e é com esta data que nós pretendemos homenagear, a data, a memória e a luta dos trabalhadores. -----

O futuro que se nos apresenta a curto prazo é um futuro de incerteza relativamente à vida, mas de certeza em relação à austeridade. -----

Vão vir períodos difíceis para os trabalhadores, pelo ajuizar pelas notícias das negociações com a Troika, FMI e da Comunidade Europeia e portanto, é de realçar a necessidade da luta dos trabalhadores, porque só pela luta, pela sua capacidade reivindicativa é que hoje temos uma sociedade mais humana, que abandonou a jornada de dezasseis horas e em Portugal, felizmente, nós temos a jornada de trabalho de oito horas.” -----

Proseguiu **Célia Leal**: “ Relativamente a esta Moção que nos é apresentada, da parte da bancada do Partido Socialista, embora possa não concordar com todos os termos que aqui são aduzidos, mas no geral, concordamos com o teor da mesma. -----

Entendemos que as datas históricas devem ser respeitadas e devem ser comemoradas. -----

Continuou **António Ferreira**: “ Relembro aqui que nos quarenta e oito anos de fascismo, o 1º de Maio foi festejado em Portugal sobre forma de repressão intensa. -----

Lembro-me por exemplo no Tramagal, os trabalhadores da EMEF e de outras empresas, reuniam-se lá para festejar o 1º de Maio, mas de uma forma às escondidas. ---

Nos últimos vinte anos, temos assistido ao fim da Europa social, temos assistido através de alguns mecanismos, através dos vários Tratados, à diminuição de várias regalias e das conquistas dos trabalhadores isso foi aplicado, tudo aquilo que tinha que ser implementado de forma a modernizar a economia europeia, essas questões não foram implementadas. -----

Hoje cada vez mais, temos a riqueza concentrada na mão de meia dúzia de especuladores financeiros, esse capital financeiro é cada vez mais móvel e é um capital financeiro, que se atreve neste momento inclusivamente a atacar países como Portugal.

Nós vamos apoiar esta moção sobre o 1º de Maio, como um 1º de Maio de luta política pelas reivindicações dos trabalhadores e pelas conquistas dos trabalhadores.” ---

José Baptista referiu: “ Antes de iniciar a intervenção sobre a moção, saudar os professores, que alguns deles foram meus professores na Escola Secundária do

Entroncamento e é com muito orgulho que pela primeira vez, um grupo da Escola Secundária, vir até ao Poder Municipal e ouvir o que é que aqui se trata. -----

O Bloco de Esquerda apresenta esta moção sobre o 1º de Maio, eu li-a atentamente e concordo inteiramente com este parágrafo: “*É natural o anseio por uma vida melhor, por parte de quem trabalha. É legítima a luta dos trabalhadores pela sua melhoria económica e social.*” é verdade, não duvidamos nada disso, não sei no que é que esta evocação de melhorar a vida dos trabalhadores e permitam que lhes diga, que concordamos na íntegra, salvo algumas honrosas exceções com a moção. -----

Não há nenhum trabalhador que venha beneficiar em nada que seja com a apresentação desta moção, nem há nos considerandos, nada que nos leve a recusá-la linearmente, o que está aqui dito são verdades banais à semelhança do que é hábito dizer-se sobre o assunto e sobre os partidos, que habitualmente não querem colaborar na resolução dos problemas nacionais. -----

Nós aqui estamos numa dinâmica concelhia, e é bom que tratemos dos problemas concelhios e também dos problemas nacionais, mas é bom que não nos esqueçamos, que quando falamos dos trabalhadores, quando falamos de tecido empresarial, nos devemos lembrar que todos nós devemos ser parte da solução e não parte do problema e portanto, não devemos alertar só para os problemas de uma parte e devemos alertar para todos. –

Obviamente que a moção irá contar com o apoio do Partido Social Democrata, mas, também permita-me senhor deputado, que em última instância lhe diga, que nunca vi uma moção nesta casa, ser apresentada e trazer uma nota em baixo a pedir para a mesma ser remetida aos órgãos de comunicação social. Percebo que a necessidade seja de dizer para fora que o Bloco de Esquerda apresentou uma moção a favor dos trabalhadores, compreendo, respeito e obviamente que, já aqui foi dito, a bancada do Partido Social Democrata irá aprovar a mesma.” -----

Respondeu **Luis Grácio**: “ De facto o Bloco de Esquerda não pretende que esta moção seja divulgada para dizer que ela é do Bloco de Esquerda, porque esta moção quando for aprovada deixa de ser do Bloco de Esquerda e portanto, passa a ser da Assembleia Municipal.” -----

Continuou **Mário Eugénio**. “ Ando aqui há muitos anos e já vi esta referência a quem deve ser endereçada esta moção dezenas de vezes, a única coisa que nunca tinha visto era como nota, tem sido normalmente como considerandos, ou como um dos pontos da moção. -----

A mim não me parece nada mal e portanto, fica clara a quem é que ela se deve dirigir. -----

Quero de facto apoiar o que foi dito agora pelo Bloco de Esquerda, que esta moção a partir do momento em que for aprovada, pertence a esta Assembleia, não pertence ao Bloco de Esquerda e é nesse sentido que nós vamos aprová-la.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Senhora **Presidente da Assembleia** colocou a moção à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Passou-se de seguida ao Período de Antes da Ordem do Dia. -----

Interveio **José Baptista**: “ A intervenção do Partido Social Democrata nesta fase do período de antes da ordem do dia, venha tocar no âmbito desta visita que aqui temos, no âmbito escolar. -----

Desde que o senhor Jaime Ramos é Presidente do Município do Entroncamento, todos sabem que a primeira aposta tem sido na educação, primeiro com o Vereador senhor João Fanha Vieira e agora com a Vereadora senhora Paula Costa. -----

A verdade é que, nós hoje só nos podemos regozijar de forma abrangente com a abertura da escola António Gedeão, esta escola fica situada por detrás da escola Ruy de Andrade e é a escola que vem substituir a escola primária número dois, com condições de extrema qualidade para as nossas crianças e portanto, nós só temos que nos vangloriar com mais esta obra importante na área educativa que é feita na nossa terra. ---

Se há coisas que correm bem como é o caso desta, há outras quem nem por isso assim acontecem, e o que se vem passando há uns tempos para cá, na relação DREL, Ministério da Educação e a Autarquia é no mínimo lamentável. -----

Como todos sabem, o Entroncamento tem duas escolas candidatas ao projecto Mais Centro, que é o projecto que apoia a criação e recuperação do parque escolar e o Entroncamento tem duas candidaturas entregues, uma para a remodelação da escola número um e outra para a nova escola número três. -----

Foram feitos concursos urgentes que só assim elas podem ser candidatas, a nove de Março o senhor primeiro-ministro deu indicação aos senhores Presidentes dos Municípios para efectuarem a execução das mesmas candidaturas, hoje em dia o prazo está a acabar, por as candidaturas serem urgentes os concursos estão pendentes por o Tribunal de Contas não se pronuncia quanto à exequibilidade ou não dos mesmos projectos, os prazos estão a acabar e a nossa autarquia corre o risco, como tantas outras por todo o país, de ver suspensas duas candidaturas importantíssimas para a nossa terra, porque o Tribunal de Contas tem provavelmente uma avalanche, ou então não quer libertar dinheiro, porque o Estado não quer gastar dinheiro. -----

O que se passa neste momento, é que o Entroncamento avançou com duas candidaturas e por força da burocracia do Tribunal de Contas neste momento, e porque foi incitado a isso pelo senhor primeiro-ministro e por força daquilo que está vinculado pelo próprios Tribunal de Contas, nem momento as duas candidaturas teimam em não querer avançar sabe-se lá porquê. -----

Como já aqui foi debatido nesta Assembleia, a Escola Ruy de Andrade foi visitada por uma equipa da DREL, para a mesma escola entrar em recuperação, esta escola foi considerada estar em condições não as ideais para a prática lectiva e por isso mesmo, a Câmara acordando com a DREL e com o senhor Secretário de Estado, procedeu à realização de um projecto para a requalificação desta escola. -----

Para a realização das obras por parte do Município, seria necessário efectivar a assinatura de um protocolo e de um contracto de execução, este concurso tem sido adiado sucessivamente, de trinta e um de Março passou para trinta de Abril, passou agora para dezassete de Junho e a única coisa que falta é isto. -----

O Município do Entroncamento foi mais uma vez incitado a assinar um protocolo para que pudesse efectivar estas obras com o apoio estatal e neste momento, é a própria DREL e o Ministério que não permitem ao Município do Entroncamento assinar o protocolo que exige, que é necessário, para que estas obras sejam realizadas. -----

Esta Assembleia Municipal deve preocupar-se como é que um órgão governativo incita o Município a gastar dos seus recursos para fazer uma obra e depois não lhe permite iniciar a obra, porque pura e simplesmente há um protocolo que não lhe é permitido que seja assinado.” -----

Proseguiu **Carlos Amaro**: “ Esta bancada Socialista trás hoje aqui a esta Assembleia mais uma vez, um assunto que nos devia preocupar a todos. -----

Fomos contactados por uns entroncamentenses no sentido de ouvir algumas razões e traze-las aqui, essas razões de descontentamentos são sobretudo questões de segurança. -----

Estamos a falar de vários tipos de crimes, como assaltos e roubos, o Entroncamento continua a ser uma cidade insegura, apesar de várias vezes interpolado este Executivo, sempre se escusou a responsabilidades. -----

O que é facto, é que concelhos vizinhos têm lidado de forma mais eficaz com este problema. -----

Sabemos todos nós, que a degradação social aqui no Entroncamento é demasiado evidente, a falta de respeito e os mais básicos princípios sociais não são intrínsecos a todas as camadas sociais da nossa comunidade. -----

É bem verdade que não compete à Câmara Municipal do Entroncamento formar, mas de certeza, que compete concretizar junto com as autoridades locais, os meios e os modos coactivos e persuasivos, nem que seja exercer pressão junto da tutela. -----

De Assembleia em Assembleia, temos alertado para o agravamento da situação, de cada um de nós se exige deveres e respeito pelos direitos dos outros, acontece, que nem sempre esses deveres e esses direitos têm medidas iguais. -----

Nós achamos que é tempo de dizer basta, é tempo deste Executivo tomar as medidas que lhe compete para resolver a situação, basta de permissividade, sabemos que não temos os melhores meios, que não temos agentes suficientes, mas certamente este Executivo camarário tem junto das competências atribuídas, poderá, de um modo mais eficiente e eficaz, pelo menos actuar na repressão e persuasão, claro que em cooperação com as autoridades policiais de modo que, a segurança no Entroncamento seja uma realidade. -----

Neste contexto, a bancada Socialista gostaria de saber quais as medidas que foram tomadas desde o início deste mandato, no sentido de resolver este problema.” -----

Respondeu a Senhora **Presidente da Assembleia**: “ Obrigado senhor deputado, agradeço que me faça depois chegar por escrito esse vosso pedido, como é óbvio, há uma questão a que eu posso dar a resposta desde já, as competências policiais não são da Câmara Municipal, sabemos disso e portanto, não podemos assacar ao Município responsabilidades sobre uma intervenção que ele não pode ter. -----

Há de facto diligências, nomeadamente no âmbito do Conselho Municipal de Segurança e pelo trabalho que tem sido feito junto de diversas instancias, nomeadamente pelo senhor Presidente, que não tem tido os efeitos desejados junto do Governo Central. -----

Portanto, há responsabilidades que são nossas, mas são nossas partilhadas com outros que não nos dão respostas e portanto, não podemos só atirar para a responsabilidade do Município e o Município somos todos nós, o mal-estar que se vive.

Também não nos podemos esquecer, que muita da degradação e insegurança tem a ver com condições sociais que tem vindo a acontecer e degradar-se cada vez mais e que, infelizmente também têm consequências nas vivências das pessoas, no nosso dia a dia.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Concordo plenamente com aquilo que a senhora Presidente disse em relação à questão da segurança. -----

A primeira questão que queria levantar, é a falta que neste momento está a fazer o funcionário nos serviços da Assembleia Municipal, quando por motivos que tem a ver com a reposição de horas extraordinárias, ou de outra forma, está a fazer aos serviços. --

Esta manhã tentei ligar para os serviços da Assembleia e de facto não houve resposta de manhã para as questões que queria levantar. -----

Por outro lado, isto é uma situação que advém não da competência do funcionário, porque de facto, o funcionário quando responde às nossas questões, responde de forma mais adequada, isto tem a ver com a diminuição que eram dois funcionários naquele serviço e neste momento é um funcionário, e esse funcionário por vezes, tem que repor horas que faz extraordinárias e por vezes não está no local para onde nós telefonamos. -----

Não entendam isto uma crítica ao funcionário, porque de facto é um funcionário competente, e quando ele está, sabe responder às questões que nós levantamos. -----

A segunda questão é um assunto recorrente que a CDU tem levantado aqui, que se prende com o património industrial ferroviário. -----

Vamos levantar mais uma vez esta questão, que tem a ver com o liceu Camões, é um dos edifícios emblemáticos do nosso património local, é dos edifícios mais antigos da nossa cidade, e é um edifício que não pode cair da forma como está a cair, sob pena de se transformar naquilo que se transformou o edifício Paris em tempos. -----

Lembro-me que o edifício Paris quando foi destruído, foi uma bandeira do Partido Social Democrata, e neste momento o que é que o Partido Social Democrata tem feito nesta área para salvaguardar este edifício? -----

Portanto, chamo mais uma vez à atenção para isso, para a salvaguarda deste património, não falo no resto do património a que a Câmara não tem responsabilidades, quem tem responsabilidades é a REFER, falo concretamente neste edifício, cujo o arrendatário é a Câmara Municipal do Entroncamento e como arrendatário tem responsabilidades. -----

Sobre as portagens, informo que já estão a colocar as infraestruturas para a colocação das portagens e de facto, a Governo não arredou milímetro em relação à colocação destas portagens apesar da influencia que os autarcas quiseram fazer, o Governo na arredou um milímetro, as portagens como estavam previstas é como estão a ser colocadas neste momento. -----

Uma delas vai ficar entre o L'Eleclerc e a saída para Tomar. A reivindicação do troço não portajado entre a A1 e Abrantes, de facto só enfraqueceu a luta geral para a não colocação de portagens na A23, A24 e A25, que são auto estradas indispensáveis para a acessibilidade das populações ao interior do País. -----

Afinal, também nos enganaram alguns autarcas, não digo que sejam todos, mas alguns autarcas enganaram-nos, aponto aqui um nome que é emblemático neste aspecto, António Rodrigues que durante muito tempo, nos andou a dizer que não havia portagens entre a A1 e Abrantes. -----

Coloco aqui outro nome, um deputado com muita responsabilidade no nosso distrito, Jorge Lação que também afirmou durante muito tempo, que não havia portagens. -----

Coloco também outra questão, a forma como os deputados do distrito, do PS e do PSD, votam na Assembleia da República estas questões. Diziam às populações a nível local que estariam ao lado deles e na Assembleia da República esqueceram-se do círculo eleitoral porque foram eleitos e votaram juntamente com o resto dos seus partidos a lei da introdução das portagens.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Relativamente à questão do nosso funcionário, entendo a preocupação do senhor deputado, não se justifica termos dois funcionários na Assembleia Municipal, era de alguma forma um desrespeito para com pessoas de outros serviços, porque em termos de funcionamento não se mostra necessário, sempre que há necessidade disso há uma funcionária da Câmara que dá uma

ajuda ao senhor Murcela, nomeadamente se ele estiver ausente e as coisas forem programadas antecipadamente. -----

Nestas situações de acerto de horário por compensação, obviamente que na ausência do senhor Murcela, os senhores têm o meu e-mail e o meu telemóvel, muitos dos senhores deputados têm o meu telemóvel pessoal e o telemóvel da Assembleia e hoje eles estiveram ligados desde as dez horas da manhã. -----

Quando não é possível falar directamente com o senhor Murcela, é natural que as pessoas se dirijam a mim ou através de e-mail ou via telemóvel e eu só se não puder, é que não procurarei resolver as situações e portanto agradeço que de futuro, dê uso a estes meios. -----

Nesta altura não me parece sequer equacionável colocar uma outra pessoa nos serviços em complemento ao senhor Murcela.” -----

Pedi a palavra **José Baptista.**” Quanto a esta matéria que acabou de referir sobre o funcionário da Assembleia Municipal, a situação é mínima, uma questão de gestão de recursos, não nos compete nem a nós ajuíza-la, nem a senhora Presidente é a secretária da Assembleia para estar a atender telefones, nem a responder directamente. -----

Permita-me que responda de forma o mais sincera possível ao senhor deputado da CDU. -----

O processo da introdução das portagens na A23, foi todo ele conturbado e muito complexo. -----

Na Comunidade Inter-Municipal do Médio Tejo à qual eu tenho a honra de pertencer pela bancada do Partido Social Democrata e que a senhora Presidente da Assembleia Municipal, é também Presidente da Assembleia Inter-Municipal do Médio Tejo, nós só fizemos tudo aquilo que estava ao nosso alcance para que as portagens não fossem introduzidas, mas sempre dizendo a verdade. -----

O que nós pedimos na Inter-Municipal foi que fosse concedida uma isenção entre o troço Videla Torres Novas e as Mouriscas. -----

Todas as vezes que pedimos para reunir com os Grupos Parlamentares e com a Comissão de Transportes e Obras Públicas da Assembleia da República, todos os Grupos Parlamentares estiveram presentes e todos expressaram a sua opinião. -----

Quanto às votações em sede de Assembleia da República, não venho aqui defender ninguém, venho aqui apenas dizer o que é que fizeram os deputados do Partido Social Democrata pelo distrito de Santarém. -----

Os deputados do Partido Social Democrata, votaram segundo a disciplina que lhes foi imposta e apresentaram declarações de voto relativamente a esta matéria, que referiam exactamente que este troço não pertencia à concessão das SCUTs, e portanto, não devia ser portajado.” -----

Respondeu **António Ferreira:**” Eu não critico o empenho que teve a Comunidade Inter-Municipal, esteve à altura e os seus elementos também nesta luta que tem sido inglória, mas não é por causa da Comunidade Inter-Municipal. -----

Em relação à questão da disciplina de voto, a disciplina de voto do Partido Social Democrata, nós já a conhecemos sobretudo dos deputados da Madeira, se não tivessem essa disciplina de voto em relação ao distrito, faziam o mesmo que os deputados da Madeira às vezes fazem em relação ao resto.” -----

Prossigui **Rui Gonçalves:** “ Esta bancada vem congratular-se e o Entroncamento deve-se congratular-se também, por neste momento termos um embaixador do Ano Internacional da Juventude, o seu nome é Rodrigo Bertelo, é um filho desta terra, e neste momento foi nomeado pelo IPJ, embaixador do Ano Internacional da Juventude. -----

Continuou **Luis Grácio**: “ Tivemos conhecimento há pouco não sabemos se corresponde à verdade, que haveria trabalhadores da Câmara Municipal a recibos verde e com salários em atraso.” -----

Não havendo mais intervenções, a senhora **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao público presente. -----

Não havendo pedidos de intervenção da parte do público, entrou-se de imediato na ordem dos trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

TOMADA DE POSSE DE UM ELEMENTO NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO ENTRONCAMENTO

Atendo à falta de comparência para tomar posse do membro em falta no Conselho Municipal de Segurança do Entroncamento, a senhora **Presidente da Assembleia** passou ao ponto número dois da ordem dos Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOIS

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2010 DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Interveio **Manuel Domingues**: “ Ao analisarmos as contas de gerência de dois mil e dez, verificamos que durante este ano, para além da gestão corrente, a grande preocupação da Autarquia foi o pagamento de investimentos feitos no ano anterior. -----

Observamos com muita preocupação os resultados do exercício de dois mil e dez.

O documento numa primeira análise indica-nos um valor das receitas de 16 206 233.00 euros, para um valor de 15 651 955.00 euros de despesas, o que sugere um saldo positivo de 550 mil euros aproximadamente. -----

Ao fazermos uma análise mais cuidada dos números, ficamos a saber que o valor das despesas facturadas foi efectivamente de 19 762 482.00 euros, dos quais foram pagos apenas os 15 651 955.00 euros, isto, apesar de no valor das receitas estar já incluída uma verba de 1 595 000.00 euros referente a um novo empréstimo. -----

Consideramos particularmente preocupante, o facto de o valor das receitas correntes ter sido de 10 620 391.00 euros e o valor total das despesas correntes facturadas ter sido de 11 834 695.00 euros, ou seja, houve um saldo negativo de 1 200 000.00 euros aproximadamente. -----

Verifica-se portanto, que a Autarquia não consegue obter receitas correntes suficientes para fazer face à gestão corrente, pelo que, até para esta, é necessário recorrer ao endividamento. -----

Não é por isso plausível, que a curto ou médio prazo, seja possível fazer a amortização da dívida excedente e só com recursos a novos empréstimos será possível levar por diante todos os projectos em curso o que implicará mais dificuldades à gestão da Autarquia. -----

Não nos parece que seja possível aumentar as receitas, por isso impõem-se uma redução de custos compatível com as possibilidades da Autarquia. -----

Face ao exposto, não aprovaremos este documento.” -----

Proseguiu **Luis Grácio**: “ Em primeiro lugar queremos realçar a forma clara como o documento está apresentado, é um hábito felizmente. -----

Provavelmente por lapso, o quadro constante na página cento e treze, acerca dos indicadores de gestão patrimonial, apresenta valores de rácio errados, pressupomos por erro na elaboração das formas de cálculo, ou por cópia, inadvertida, da coluna de valores de rácio do ano de dois mil e nove para a coluna do ano dois mil e dez. -----

Por falar em indicadores, é-nos presente um quadro gráfico com os valores de investimento verso residentes, que, em certa medida, procura ilustrar e demonstrar a existência de um ciclo de investimento, com pontos máximos e pontos mínimos, que convenhamos é constituído por uma série de certo modo pequena e que, a nosso ver, não permite compreender o ciclo na sua verdadeira amplitude. -----

Assim, tomamos a liberdade de acrescentar alguns valores históricos à série, alargando-a de dois mil e seis a dois mil e dez para dois mil e um a dois mil e dez. Assim alargando a análise a pelo menos dois períodos que correspondem a dois mandatos, podemos fazer uma leitura mais ampla que nos permite verificar que efectivamente existe um ciclo claro dentro de cada período, que condiz com a duração de cada mandato. Seja porque também os processos de candidatura a fundos estruturais e agora do QREN, se adaptem aos períodos em causa, seja por se faz uma gestão do processo eleitoral, a verdade é que os picos de investimento, como temos demonstrado em anos anteriores, se verificam nos anos de eleições e nos que se lhe antecedem. -----

Também nós possuímos o nosso pequeno défice, menos três vírgula cinquenta e um temos portanto que pelo segundo ano consecutivo apresentamos um saldo negativo no exercício. Nada que nos deva alarmar excessivamente, todavia é um sinal a ter em conta. -----

Quanto à receita, ela pautasse pela existência de certos desvios de sinal contrário, sendo que a menor receita, relativamente ao previsto, em certas rubricas, nomeadamente, derrama e impostos indirectos, decerto se prendem com a diminuição da actividade empresarial e a crise que nos afecta a todos. Já no que diz respeito às rubricas que apresentam valores líquidos cobrados superiormente ao previsto em particular o IMI, reflectem a tendência, que temos vindo a referir do aumento da base de tributação no concelho, pela finalização das isenções que muitos dos nossos municípios usufruíam. Este é um assunto a merecer atenção nos próximos orçamentos, pois poderá permitir um certo aliviar da carga fiscal a que todos estamos sujeitos. -----

A dívida a curto prazo (dívida a terceiros/fornecedores) tem-se mantido praticamente na mesma. -----

Também a dívida de médio e longo prazo, tem aumentado, naturalmente devido à necessidade de capitais próprios em projectos de investimento participados (passou de cerca de nove milhões cento e vinte e cinco mil euros, para cerca de nove milhões oitocentos e quatro mil euros), perfazendo a dívida total de cerca de quinze milhões setecentos e trinta e seis mil euros. -----

Isto reflecte-se inevitavelmente na baixa execução ao nível do investimento, como já atrás referi, a gestão do QREN e a ausência de aprovação de um conjunto de propostas que têm sido apresentadas, faz com que o nível de investimento seja diminuto e portanto, nunca corresponde ao que está orçamentado. -----

As opções da maioria do Partido Social Democrata, na Câmara, são como é do conhecimento de todos, bastante diversas das nossas, nomeadamente no que se refere à Biblioteca Municipal, Casa da Juventude, Centro de Convívio a Terceira Idade da zona sul etc., é fastidioso estar aqui a referir as diferenças de estratégia e de pensamentos acerca da evolução da nossa cidade. -----

Continuam por requalificar e estão ao abandono tantas e tantas áreas verdes em toda a cidade, só título de exemplo: Largo Duarte Pacheco (entre o Casal do Grilo e as traseiras do CERE); já o ano passado fizemos referência a isto, continua na mesma, Casal Saldanha paralela à rua Cidade de Penafiel, Casal Saldanha ringues de Basket e Futsal, tudo destruído e abandonado, Casal Saldanha (traseiras da rua Fernando Pessoa,

jardim projectado para o minigolfe); Bairro da Liberdade (ringue de andebol), entre outros. -----

Estas são as nossas observações críticas, as quais nos levam a votar desfavoravelmente este relatório de contas.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ A primeira questão prende-se com o parecer da certificação legal das contas do Município, por parte da empresa Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, esse parecer, por acaso estava com uma expectativa quando fosse ler o parecer que trouxesse alguma coisa nova, porque nos anteriores, vinha sempre com dados e preocupações, desta vez a única coisa que diz, é que as contas estão em conformidade com legislação, estão em conformidade com questões legais e mais nada. Portanto, é um parecer pobre, é um parecer que não aponta a resolução de alguns problemas que o nosso Município tem e alguns deles graves. -----

O documento conforme já foi aqui referido, é um documento bem feito, é um documento feito pelos nossos funcionários e temos bons funcionários, ainda agora quando levantei a questão do nosso funcionário da Assembleia Municipal, não o levantei em relação ao funcionário, que isto fique bem claro. A maior riqueza desta Câmara são os funcionários que nós temos, com o saber fazer e com a dedicação. -----

As políticas nacionais e os problemas que nós estamos a enfrentar a nível nacional, não são exclusivos da macro economia e dos problemas macro económicos deste país, são problemas que tem também a sua imagem cá em baixo. -----

Nós temos aquilo que o governo também faz, que é previsões de receitas, previsões de despesas extremamente elevadas, cerca de trinta milhões de euros. -----

Temos uma execução que anda à volta de cinquenta e três por cento, muito inferior àquilo que nós planeamos. -----

Temos um endividamento que ultrapassa os quinze milhões de euros, enquanto os proveitos não chegam aos quinze milhões de euros, enquanto as receitas correntes e de capital ultrapassam ligeiramente os quinze milhões de euros, o que significa que a nossa situação na Câmara é a imagem daquela que se passa no país, um endividamento extremamente elevado, que as futuras gerações vão ter de pagar. -----

Não há dúvidas que isto é resultado de muitos anos, são trinta e cinco anos de resultados de políticas, aqui, e a nível central. Nós aqui mandamos as culpas para cima do governo central, o governo central manda as culpas para cima da união europeia, mas o facto, é que essas políticas tem levado à situação em que nós estamos. -----

Este endividamento tem um resultado negativo mais uma vez, é o segundo ano consecutivo embora não tão elevado como o ano passado, que o ano passado ultrapassou um milhão de euros, este ano não chegou a meio milhão de euros, mas continua a acumular um resultado negativo. Por outro lado, a dívida a curto prazo é muito elevada, um terço desta dívida é de curto prazo e muito elevada. -----

O investimento na recuperação dos edifícios escolares, foi o que salvou o investimento. -----

Nas demonstrações de resultados e proveitos, de facto os proveitos foram quase treze milhões de euros, houve um aumento de doze vírgula seis por cento que é um aumento bastante bom devido à situação, mas isso faz-se essencialmente à custa de sub-carregar os contribuintes, principalmente a nível do IMI que é o direito à habitação das pessoas. -----

A diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes, essa diferença é fundamental para o investimento na Câmara e temos de fazer um esforço nessa área, por acaso, neste exercício de dois mil e dez houve uma ligeira melhoria, atingiu-se quase um milhão de euros. -----

O orçamento é demasiado inflacionado, não corresponde à realidade, nem é um instrumento de trabalho, não corresponde à realidade, não há rigor, se não há rigor não podemos actuar de uma forma decisiva sobre esse instrumento. -----

Esta questão de colocar terrenos à venda quando sabemos que não os vamos vender, é só para acrescentar mais valor a um orçamento que depois não vamos cumprir.

Por outro lado, essencialmente, as receitas foram à custa do IMI, do IMV e da Derrama, há uma questão que me preocupa em relação à derrama, o valor da derrama diminuiu este ano, ou seja, demonstra um bocado a situação da saúde do nosso tecido produtivo e económico. -----

Nos impostos directos a queda foi enorme, nós só conseguimos uma execução de trinta e oito vírgula onze por cento contrariamente aos impostos indirectos, daquilo que tínhamos recolhido o ano passado, um milhão e trezentos mil euros, só conseguimos meio milhão de euros, diz no documento que tem a ver com a crise económica mundial e nacional, não tem a ver também com a crise económica do nosso concelho, em que o sector mobiliário e a especulação imobiliária sofreram uma queda enorme, aliás, em tempos disse: Cuidado com a especulação imobiliária, que isso não vai durar eternamente. -----

Nós temos no Entroncamento loteamentos para cerca de dez mil pessoas e neste momento e durante anos, vai estar tudo parado com as infraestruturas feitas, com os empresários a deverem aos bancos e nós, Câmara Municipal, recebemos as receitas todas na altura e a partir deste momento e durante alguns anos vamos ter receitas irrisórias dessa área.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Agradeço que tentemos ser um pouco mais sucintos nas nossas intervenções, com os pontos que temos na ordem dos trabalhos, se demorarmos tanto tempo como estamos a demorar neste ponto, teremos muita dificuldade em chegar ao fim dos trabalhos.” -----

Rui Gonçalves referiu: “ Começava pelo fim, por esta intervenção da CDU, quando diz que o orçamento quando é feito, temos que ter em conta tudo basicamente, o teor da afirmação foi esta, não podemos ter em conta é que o governo central nos cortou dez por cento das transferências a meio do jogo, com isso não se pode contar. -----

Temos aqui obras do QREN no valor de 7 294 614.00 euros de FEDER e foram transferidos 2 314 205.00 euros, ou seja, 31,72%, e contra isto não há argumentos, o estado está a reter o dinheiro na máquina central, todos sabemos porquê, faz-se tudo em grande e depois o dinheiro não vem. -----

Nós temos a obra paga e muito bem como disse o Bloco de Esquerda, com fundos próprios, a Câmara endividou-se para pagar a parte que cabe ao estado e por isso o resultado negativo que tivemos o ano passado e continuamos a ter este ano, felizmente tem-se conseguido diminuir a dívida, mas infelizmente, mais uma vez, o estado não é de fiar. -----

Quando se diz que 53% da execução é baixa, é verdade, as obras estão aí para se lançar, estão todas presas no Tribunal de Contas. -----

Disse o Bloco de Esquerda que os picos de investimento verificam-se em anos de eleições e eu pergunto, são as autárquicas ou as legislativas? -----

A dívida de médio longo prazo aumentou devido à Câmara Municipal ser obrigada a recorrer a fundos próprios, infelizmente é verdade. -----

Oitenta por cento do QREN está para vir. -----

A derrama diminuiu 24,93%, com todo a razão senhor deputado, infelizmente por ventura uma maleita do nosso tecido empresarial. -----

Não foi dito aqui, que os loteamentos e obras desceram 45,24%, aos impostos indirectos, essa verba que todos esperávamos que se viesse a concretizar, infelizmente está estagnada. -----

Em época de crise as transferências para as instituições sem fins lucrativos, aumentaram 34%, a Câmara fez um esforço, conseguiu pagar às instituições. -----

O desporto, o apoio às colectividades aumentaram, isso ninguém aqui disse e é de louvar numa época de crise, a Câmara Municipal honra os seus compromisso ao contrário do estado.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ De facto eu referi a questão dos impostos indirectos que tinham baixado enormemente e também disse porquê, tem a ver com a actividade imobiliária e como ela está em crise, é natural. -----

Em relação aos cortes para as autarquias, é evidente que isso tem uma politica por detrás, uma politica que levaram à aprovação dos sucessivos PECs e uma politica que levou à aprovação de um orçamento e dos diversos orçamentos que aí vêm. -----

Portanto, essa politica tem nome, tem nome de quem votou a favor na Assembleia da República e quem se absteve e deixou passar. -----

Não podemos dissociar o Partido Social Democrata local, do Partido Social Democrata nacional, são o mesmo partido. -----

Em relação à taxa de execução, a taxa de execução não é muito má devido às escolas, porque em anos anteriores, as taxas de execução ao longo dos anos têm sido bem piores e isso tem um nome, a falta de entrosamento que existe entre o governo central e as autarquias que não conseguem fazer orçamentos à medida.” -----

Respondeu **Rui Gonçalves**: “ O QREN começou em dois mil e sete, continuamos à espera, já passaram quatro anos.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dois à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “ **Apreciação e votação da Prestação de Contas – Exercício Económico de 2010 do Município do Entroncamento** “ foi aprovado por maioria com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e onze votos contra, sendo seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA --

Considerações sobre Prestação de Contas/Relatório de Contas – exercício de 2010. ---

Declaração por escrito -----

Não há PS, PSD e CDS Nacionais e, depois, PS, PSD e CDS locais, a natureza ideológica é a mesma, não vale a pena fazer discursos de circunstância. Como diz a sabedoria popular: «o algodão não engana!», há 35 anos, a esta parte, que as receitas da direita são transversais, desde o Governo até às Autarquias, pelo que se decalcam os problemas nos diversos níveis do Estado. As orientações do Governo estão em aplicação como se pode verificar na redução do emprego, redução de 307 para 300 o número de trabalhadores ao serviço. -----

Antes de mais salienta-se a excelente apresentação do documento que com clareza e simplicidade apresenta a situação do município. -----

Introdução -----

O resultado do exercício de 2010 foi mais negativo uma vez negativo em 454.742,44€ [12.943.186.61€ (proveitos) – 13.397.929.05€ (custos)]. -----

Assim, assistimos ao 2.º ano de resultados negativos. Já em 2009, os resultados tinham sido negativos em 1.104.777.08€, que tem consequências num endividamento que não pára de crescer. -----

Demonstração de Resultados -----

Os proveitos foram de 12.943.186.61€, um aumento de 12,6% relativamente ao ano de 2009, à custa sobretudo dos “impostos e taxas” e, também, dos “proveitos e ganhos extraordinários”. Estes aumentos pesam enormemente nas famílias e nos agentes económicos ficaram, mesmo assim, aquém dos custos totais - 13.397.929.05€. O grau de execução das receitas totais ficou-se pelos 56,81% devido à fraca execução das receitas de capital. -----

Receitas de Capital -----

A Realização das Receitas de Capital ficou-se em 1/3 da previsão (dotação corrigida). Como dizíamos em sede de aprovação do orçamento para 2010, o mesmo “estava inflacionado”, e com razão, isso é sobretudo notório na execução das receitas de capital. -----

Receitas Correntes -----

A relação entre receitas correntes de 10.620.391,55€ e as despesas correntes de 9.724.410,56€ geraram uma diferença de 895.980,99€, que se salienta como factor positivo, embora à custa de mais impostos e taxas. O IMI, que recai sobre as famílias, foi o principal responsável pelo aumento das receitas correntes: + 13% relativamente ao ano anterior. Bateu recordes - 2.280.814,20€ - mesmo à taxa máxima de 0,7%. -----

O IMT, por seu lado, continua em queda - pouco mais de ½ do valor de 2007, o que reflecte a crise na actividade imobiliária e o provável fim do paradigma imobiliário (do endividamento das famílias). O resultado: são loteamentos aprovados no Entroncamento para muitos milhares de pessoas, infraestruturados, às moscas e um parque imobiliário subaproveitado. A irracionalidade do sistema coloca muitas preocupações e dúvidas quanto ao futuro do desenvolvimento do concelho. Os modelos apresentados, recentemente, pelo Doutor Augusto Mateus são colocados em causa. O modelo de desenvolvimento local, se é que alguma vez existiu, falhou redondamente. ---

A queda nas receitas da derrama, valores pouco significativos para o concelho, acentuam as actuais preocupações em relação às dificuldades da actividade económica no concelho. Nos impostos indirectos a degradação foi maior, execução de 38,11%, dotado 1.318.970,00€ e realizado 502.596,34€, e lá estão (no documento em análise) as lenga-lengas estafadas: “crise económica mundial e nacional”, queda das receitas nos “loteamentos” e nas “taxas de urbanização”. -----

Certo é que as transferências correntes do Estado diminuíram e as competências aumentaram com a agravante do Orçamento de Estado e dos PEC reduzirem as transferências. -----

Venda de Bens de Investimento -----

Continuam a aparecer em orçamento para inflacionar, enormes receitas de capital, para justificar a inclusão de rubricas que não serão executadas, o que explica as crónicas baixas taxas de execução orçamental na rubrica Investimento. Este ano foi um desastre só salvo pela recuperação e intervenção nos edificios escolares salvaram a “honra do convento”. -----

Dívida -----

A dívida é preocupante tendo em conta que a capacidade do município em gerar proveitos que foi 12.943.187.00€ e a dívida ultrapassar em muito esse valor - 15.736.603.00€. -----

Conclusão -----

À imagem do Estado Central a CME gere os recursos sem uma visão estratégica de futuro – “navega à vista” num ambiente de muitas dificuldades impostas. Agravam-se as finanças do município de forma incontrolável, com reflexos muito evidentes no sufoco da tesouraria e nos prazos de pagamento aos fornecedores. No plano do desenvolvimento económico e da criação de riqueza o Entroncamento perde posições constantemente pois nada está a ser feito... falta uma política social de apoio aos carenciados e às vítimas da crise e um novo modelo de desenvolvimento económico que gere riqueza e postos de trabalho no concelho. -----

Passou-se de seguida ao ponto número três. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----
PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS NÃO URBANÍSTICAS – INSTALAÇÕES DESPORTIVAS-----

Interveio **Mário Eugénio**: “Vai-me desculpar um pequeno comentário aos seus comentários anteriores sobre o tempo que demorámos a discutir o ponto anterior, só não gostei e permita-me que lhe faça este reparo, porque é assim que gosto de estar. -----

Nós somos um órgão de debate e tendo em conta o ponto que estava em debate, que era o relatório de gestão, isto merece-nos toda a atenção e portanto, nós gostaríamos de continuar a poder usar todo o tempo que tivermos à nossa disposição para debatermos questões importantes como aquela. -----

Relativamente a este documento, é um documento técnico, estamos a partir do princípio que os números estarão correctos e do ponto de vista político, os coeficientes que foram aqui utilizados os incentivos e desincentivos referentes nomeadamente ao uso das instalações desportivas municipais, parece-nos adequados, consideramos que há um incentivo à prática desportiva e vamos votar favoravelmente.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número três à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “**Projecto de Alteração ao Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças Não Urbanísticas – Instalações Desportivas**”, foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CARTÃO ENTRONCAMENTO SOLIDÁRIO-----

Pedi a palavra **Jaime Costa**: “Nós vamos aprovar esta proposta. -----

Entendemos que no artigo quinto nas alíneas a) e b) que deveriam ser objectivos tal e qual como os outros, deviam ser quantificados, de qual é que é o desconto que é efectuado, porque em todos os outros artigos, temos cinquenta por cento, a totalidade daquilo que está em causa. -----

Na utilização de infraestruturas desportivas, culturais e recreativas, assim como, encargos com programas culturais e turísticos, apenas diz que há descontos nas taxas, para melhorar este documento deveria ter a quantificação desses descontos efectuados.

No artigo doze nas disposições finais, diz que os encargos resultantes desta aplicação vão ser orçamentados, se eu não tiver aqui objectivamente qual é que é a participação, mais difícil se torna a sua orçamentação.” -----

Proseguiu **Carla Roma**: “Concordamos com a sugestão que foi agora aqui apresentada. -----

Concordamos também com as alterações que foram introduzidas, uma vez que elas se referem essencialmente a medidas que de alguma forma acreditamos, responder às necessidades das famílias que são abrangidas por este projecto. -----

Introduzem algumas questões que poderiam à partida parecer de pormenor, mas que a nosso ver garantem um maior respeito pelos cidadãos enquanto utilizadores deste serviço, questões que se prendem sobretudo com o direito à informação, nomeadamente sobre os regulamentos e sobre a alteração dos mesmos. -----

Por fim, gostaríamos de chamar à atenção para o artigo quinto alínea c), em que se introduz o valor de um ponto cinco metros cúbicos per capita como teto para a isenção do pagamento e do consumo da água. O Bloco de Esquerda reconhece que esta alteração é uma medida positiva, uma vez que introduz de forma pioneira o conceito do mínimo vital que foi recomendado pelo ONS, em que um ponto cinco metros cúbicos representam a quantidade mínima de água que é considerada necessária para satisfazer as necessidades básicas individuais recomendadas para áreas com características urbanas como é a nossa. -----

A nosso ver defende o princípio do direito humano à água como indispensável para a dignidade humana, atendendo à importância da água como um bem social e que continua a incentivar a utilização racional de água permitindo ao mesmo tempo que os agregados numerosos não saiam penalizados.” -----

Continuou **Mário Eugénio**: “Gostaríamos de dar o nosso acordo às observações feitas pelo Partido Socialista, efectivamente todas as outras alíneas do ponto cinco estão quantificadas à excepção destas duas. -----

Este projecto de regulamento nos parece permitir aumentar o leque de apoios e portanto, um maior benefício de famílias em situação de carência e sobretudo, tem um aspecto para nós muito positivo, que é a criação de uma série de novos artigos ao objectivo dos processos de candidatura, isto para nós é muito positivo e portanto, vamos votar favoravelmente.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número quatro à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “**Projecto de Alteração ao Regulamento do Cartão Entroncamento Solidário**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Passou-se ao ponto número cinco. -----

PONTO NÚMERO CINCO ----- **DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PDM DO ENTRONCAMENTO** -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “Tenho duas proposta na mesa, uma proposta do Bloco de Esquerda indicando o senhor deputado Luis Grácio e tenho uma proposta do Partido Social Democrata, indicando o senhor deputado Rui Gonçalves, para pertencerem a essa comissão.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Nós vamos apresentar o nosso candidato, que é o meu nome.” -----

Seguidamente foi feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respectivos boletins na urna. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número cinco da ordem dos trabalhos obteve a seguinte votação: -----

Onze votos a favor de Rui Pedro Dias Gonçalves; -----

Três votos a favor de Luís Filipe Dias Grácio; -----

Dois votos a favor de António Silvino da Costa Ferreira; -----

Sete votos em branco. -----

Está eleito como representante da Assembleia Municipal do Entroncamento na Comissão de Acompanhamento na Revisão do PDM do Entroncamento, o senhor Rui Pedro Dias Gonçalves. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA (E SEU SUBSTITUTO) NO XIX CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ANMP) -----

Interveio **Manuel Bilreiro**: “ Depois de termos dialogado os dois Presidentes, ficou decidido ser eu o delegado ao congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e a senhora Presidente da Junta de freguesia de São João Baptista como suplente em caso da minha impossibilidade.” -----

Seguidamente foi feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respectivos boletins na urna. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número seis da ordem dos trabalhos obteve a seguinte votação: -----

Catorze votos a favor -----

Três votos Não -----

Seis votos em Branco -----

Passou-se de seguida ao ponto número sete da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -----

Não havendo qualquer pedido de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia**, colocou-o à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE -----

O ponto número sete “ **Constituição do Conselho Municipal de Educação**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO OITO -----

CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR/ESPLANADA NA ZONA DO BONITO -----

Não havendo pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** coloco o ponto número oito à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO -----

O ponto número oito “ **Concessão de Exploração do Bar/Esplanada na zona do Bonito**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Passou de imediato ao ponto número nove da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO NOVE -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ A primeira questão prende-se com os processos em tribunal e o número de processos por questões ambientais. -----

É uma situação que é preocupante tendo em atenção que as obras da empresa Águas do Centro, conforme nos tinha sido dito na altura em que aderimos às Águas do Centro, no prazo de um ano começavam as primeiras obras, já lá vão vários anos em que o processo foi assinado e as obras nunca mais começam. -----

Lembro-me na altura a posição da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda em relação a esta questão e da acusação que nos foi feita na altura, que nós não queríamos que o processo andasse. -----

Nós tínhamos razão em relação a este processo, não por nossa culpa porque o processo foi assinado. -----

Continuam a faltar as infraestruturas necessárias ao Entroncamento, na área dos esgotos, na área do abastecimento de água. -----

Inúmeras vezes coloquei aqui a necessidade de nos ser entregue o relatório de contas do Museu Nacional Ferroviário e da sua Fundação, o relatório da RESITEJO e das restantes empresas e em que nós temos participação, é fundamental que isto nos seja entregue para nós avaliarmos também da situação de execução das obras. -----

Da relação das obras que vem no documento, em relação às zonas verdes continuam a faltar as nossas preocupações que apresentámos aqui há dois anos, que são alguns espaços verdes na zona norte, nomeadamente o espaço do jardim da Liberdade naquele abandono, não sei se é verdade ou não, de um projecto que estaria previsto para aquela zona de estacionamento. “ -----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara Municipal**: “ Obrigado pela vossa companhia nesta sessão. -----

As nossas Assembleias, são Assembleias de uma maneira cordata e relativamente rápidas em relação ao que conhecemos de outras Assembleias. -----

Espero que esta coisa, que eu costumo chamar da política, mexa convosco, faz parte da cidadania, eu nunca pensei em estar aqui neste posto, sempre disse que política era fazer coisas para as outras pessoas, sinto-me bem a fazer isso, já estive no associativismo, e na política, acho que nos sentimos reconfortados quando abraçamos algo que possamos ajudar os outros, portanto, muito obrigado por estarem aqui presentes. -----

Sobre as receitas dos loteamentos, temos que receber tudo de uma vez, a Câmara não recebe essas coisas a prestações, mas, posteriormente, para que as receitas sejam mais ou menos regulares, isso é que é o IMI. -----

O governo já recebeu a primeira tranche do QREN e têm-no a juros, por isso é que é atrasado a análise dos processos, quanto mais tarde nós recebemos, mais juros recebe, o governo não gasta o dinheiro que é utilizado nas câmaras, mas usufrui dos juros. -----

No ano dois mil e dez foi retido das verbas do orçamento de estado dez por cento, é muito para uma autarquia como a nossa que não tem área territorial, o que é incomportável. -----

Quando houve o terceiro Quadro Comunitário de Apoio, foi chumbado por todos os partidos excepto o Partido Social Democrata. -----

Falou-se nos espaços verdes, alguns temos que ocupá-los de outra maneira, andarmos a tratar de espaços que não temos condições nem meios humanos, nem

manutenção porque os custos cada vez são maiores e vai baixar o pessoal do centro de emprego. -----

Sobre o jardim da Liberdade, não estou de acordo com o senhor, se quer um parque de estacionamento, eu não quero, se calhar aquele espaço tinha condições para ser a Esquadra da Policia e agora como estamos em tempo de eleições vem cá esta semana novamente o senhor Comandante Distrital. -----

Falou-se da falta de funcionários na Assembleia Municipal, quando eu cheguei à Câmara havia três funcionários na Assembleia, era incomportável, neste momento existe um funcionário e quando é preciso alguma coisa, só à que se dirigem à Câmara.

Sobre o património ferroviário, do liceu do Bairro Camões, o que é que a Câmara tem feito, ainda não ter renunciado ao seu arrendamento porque senão, já não era da Câmara, já era outra coisa qualquer, até a REFER nos apresentar algo credível para aquele edifício, nós não o largamos. -----

Também foi dito aqui uma coisa pelo senhor que não concordo quando diz que o prédio Paris foi uma bandeira do Partido Social Democrata, quero-lhe dizer, que só desde dois mil e um é que o Partido Social Democrata é poder e isso já foi muito antes, isso é um trauma que o senhor tem, mas isso passa-lhe. -----

Em relação ao relatório sobre as contas, o senhor diz que é um documento pobre, eles analisam tecnicamente, não analisam politicamente como o senhor queria que eles analisassem. -----

Sobre o QREN, a Câmara Municipal tem neste momento sensivelmente dois milhões de euros para receber. -----

Hoje abrimos uma escola, jardim de infância e escola de primeiro ciclo da zona sul, esteve cá o senhor Secretário de Estado que foi recebido por todos os Presidentes das Câmaras do Médio Tejo e disse ao senhor Secretário de Estado quando íamos no autocarro, que parecia uma reunião de credores, toda a gente falava em milhões. Só daquela escola deviam um milhão de euros à Câmara Municipal do Entroncamento, pago com o dinheiro da venda do terreno que tem sido guardado, compromisso meu perante esta Assembleia, para pagar as obras participadas. -----

Sobre o orçamento, o que o salvou foi os edificios escolares, foi uma aposta, já o disse aqui no fim do mandato passado, e continuo a dizer para mim não é paixão alguma as escolas, é de facto uma prioridade. -----

O Partido Socialista diz que o Entroncamento é uma terra insegura, tem de dizer isto no Conselho Municipal de Segurança, a segurança é com a PSP que tem uma tutela, que é o Ministro da Administração Interna, quando isto sai de um partido do poder, até me custa estar a ouvir estas coisas.” -----

Foi falado aqui pelo deputado José Baptista sobre as candidaturas, ele falou aqui em nove de Março, quero-lhes dizer que é nove de Março de dois mil e dez. -----

Lançamos concursos urgentes que foi criado para salvar o QREN, e nós fizemos as ciclovias, a segunda fase do Bonito, a nova escola número três, a recuperação da número um e de facto cumprimos até trinta e um de Outubro, neste momento, parece-me que não há dinheiro, mas muito mais grave que isto tudo, é que os concursos urgentes só servem para obras co-financiadas. -----

A escola Ruy de Andrade, fomos à DREL várias vezes, fomos ao senhor Secretário de Estado e foi-nos dito para fazer um projecto, o Entroncamento tem todas as condições para fazer uma escola nova, acreditámos e fizemos um concurso para fazer aquela escola, mal se calhar, assumo-o aqui, porque o terreno não é nosso, mas quando um governante me diz, nós vamos fazer o protocolo da cedência do terreno, estamos completamente descansados. -----

Temos o projecto feito, primeira faz do projecto trinta e um de Março, uns dias antes, começou-me a soar pelo Presidente da Comunidade Urbana que isso vai ser adiado, foi de facto adiado para trinta de Abril e depois para meados de Junho. -----

Na regeneração urbana temos uma partilha com três entidades o CADE que está a fazer as suas instalações, os arranjos exteriores da Igreja Matriz e o Museu Nacional Ferroviário, qualquer deles, ao contrário dos outros municípios da Comunidade Urbana, todos eles têm falhado e nós temos cumprido. -----

Quero dizer ao senhor deputado, que o relatório do Museu Nacional Ferroviário não está esquecido, foi mandado encadernar, foi aprovado na última reunião e portanto, não-de receber na Assembleia Municipal o relatório das contas. -----

Sobre a RESITEJO, e para que tenhamos aqui alguma ideia disto, quando nós dizemos que não queremos pagar logo, é porque andamos a financiar outros, Alcanena deve trezentos e setenta e seis mil euros, Chamusca cento e vinte mil euros, Entroncamento oitenta e nove mil euros, Golegã duzentos e trinta e três mil euros, Torres Novas setecentos e trinta e três mil euros, Barquinha trinta e seis mil euros, Constância está em dia, mas Santarém dois milhões e trezentos mil euros, vamos nós pagar, adiantar o dinheiro para que outros andem a fazer obras com este dinheiro, não. --

Fizemos um acordo de pagamento em dezoito meses, só mais baixo que nós, a Barquinha com dez prestações, as restantes Câmaras o número de prestações anda entre quarenta a sessenta. -----

Sobre a escolha de um membro da Assembleia para a Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM, não quis dizer isto antes da votação, a Câmara Municipal do Entroncamento vai convidar um membro de cada partido com assento na Assembleia, para acompanhar a revisão ao PDM. “ -----

Nada mais havendo a tratar, a senhora **Presidente da Assembleia**, declarou encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e dez minutos. -----

A presente acta, depois de lida e visada pelo primeiro secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária: